

AF Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

AF Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AF Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AF Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Dependência Econômica

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3.8 e 17 às demonstrações contábeis, que descrevem que a receita do total da prestação de serviços de operação e manutenção da Companhia, são realizadas junto ao Grupo Alupar Investimento S.A. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 02 de Agosto de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de Maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

AF Energia S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		6.267	6.962
Caixa e equivalentes de caixa	4	184	186
Investimentos de curto prazo	5	5.191	5.748
Contas a receber de clientes	6	531	517
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	337	470
Outros ativos		24	41
Não circulante		2.614	2.197
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	1.252	1.120
Adiantamento para futuro aumento de capital		1	1
Depósitos judiciais	9	401	401
Outros ativos não circulante		23	23
Imobilizado	10	795	447
Intangível	11	142	205
Total do ativo		8.881	9.159
Passivo			
Circulante		1.266	1.701
Fornecedores		77	142
Arrendamentos	12	13	75
Salários e férias e encargos sociais	13	1.056	1.436
Impostos e contribuições sociais a recolher	14	64	48
Dividendos declarados		53	-
Outras obrigações		3	-
Não circulante		-	13
Arrendamentos	12	-	13
Patrimônio líquido		7.615	7.445
Capital social	16	7.370	7.370
Reserva de lucros		245	75
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.881	9.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AF Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	18	6.806	6.416
Custos operacionais	19	(7.285)	(7.330)
Custos dos serviços prestados		(7.004)	(7.113)
Depreciação e amortização		(281)	(217)
(Prejuízo) bruto		(479)	(914)
(Prejuízo) antes do resultado financeiro		(479)	(914)
Resultado financeiro	20	572	845
Despesa financeira		(13)	(153)
Receita financeira		585	998
Lucro (Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda		93	(69)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	131	22
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		224	(47)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AF Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	224	(47)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	224	(47)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AF Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucro (prejuízo) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.370	122	1.746	-	9.238
Dividendos intermediários	-	-	(1.746)	-	(1.746)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(47)	(47)
Compensação de prejuízos com reserva legal	-	(47)	-	47	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.370	75	-	-	7.445
Prejuízo do exercício	-	-	-	224	224
Reserva legal	-	11	-	(11)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(54)	(54)
Lucro remanescente a disposição da Assembléia	-	-	159	(159)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.370	86	159	-	7.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AF Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		93	(69)
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11	287	217
Encargos de arrendamentos		5	117
Receita de aplicações financeiras		(569)	(913)
Outras variações monetárias		(43)	-
Provisão de participações nos lucros		-	16
		<u>(227)</u>	<u>(632)</u>
Redução no ativo			
Contas a receber de clientes		(14)	1.034
Tributos a recuperar		257	(358)
Outros ativos circulantes		19	221
		<u>262</u>	<u>897</u>
(Redução) aumento no passivo			
Fornecedores		(65)	10
Salários, férias e encargos sociais		(380)	95
Impostos e contribuições sociais a recolher		(55)	24
Outros passivos circulantes		2	-
		<u>(498)</u>	<u>129</u>
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		<u>(14)</u>	<u>(119)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>(477)</u>	<u>275</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Alienação de investimentos		-	35
Aplicações em investimentos de curto prazo		(8.238)	(8.188)
Resgates em investimentos de curto prazo		9.364	10.851
Adições no imobilizado	10	(572)	(126)
Adições no intangível	11	-	(110)
		<u>554</u>	<u>2.462</u>
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimentos		<u>554</u>	<u>2.462</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio			(2.327)
Pagamento de arrendamento principal	12	(74)	(300)
Juros sobre arrendamentos	12	(5)	(117)
		<u>(79)</u>	<u>(2.744)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(79)</u>	<u>(2.744)</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa		<u>(2)</u>	<u>(7)</u>
Demonstração do redução no caixa e equivalente de caixa			
Saldo no início do exercício	4	186	193
Saldo no final do exercício	4	<u>184</u>	<u>186</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa		<u>(2)</u>	<u>(7)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

1 Informações gerais

A AF Energia S.A (“Companhia”) é uma sociedade que tem por objetivo o exercício das atividades de prestação de serviços de operação de linhas de transmissão, subestações e usinas geradoras de energia elétrica como também assessoria e consultoria em engenharia. A sede da Companhia encontra-se instalada na rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala I, Vila Olímpia, São Paulo - SP.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2 Base de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 19 de maio de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os saldos contábeis sujeitos a tais premissas e estimativas. baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos

demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis individuais e consolidadas nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

I. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Imposto de renda e contribuição social diferidos e nota explicativa 3.7.2 - Tributação - expectativa de realização do saldo;

II. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e nota explicativa 3.7.2 – Tributação - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

3 Sumário das principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não

ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são

reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante

igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam

indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Participações em outras companhias

A Companhia possui participações em outras sociedades, no entanto, esses investimentos são imateriais para divulgação.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de depreciação.

3.6 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

3.7 Tributação

Em 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro real.

Impostos sobre prestação de serviços

As receitas com prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%.

Esses tributos são deduzidos das receitas com prestação de serviços, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.8 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviço de acordo com o princípio da competência, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre os serviços contratados para o tomador dos serviços. A apuração dos serviços ocorrem em bases mensais.

3.8.1 Receita de prestação de serviço

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita da Companhia consiste na prestação de serviço referente a operação e manutenção das usinas hidrelétricas e parques eólicos do grupo Alupar sediadas no Brasil.

3.9 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

3.10 Arrendamentos

A Companhia com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas.

3.11 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Em vigor desde 1º de janeiro de 2024

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, são:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - Alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback;
- e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7);
- Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – Resolução CVM nº 199 e CPC 09 (R1).

A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e trará as seguintes exigências:

- Define o lucro ou prejuízo operacional como ponto de partida para a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no método indireto;
- Divide as despesas e receitas em três categorias: operacional, investimento e financiamento;
- Propõe novos subtotais na demonstração do resultado, como lucro ou prejuízo operacional e receitas e despesas de associadas integrais e empreendimentos conjuntos;

A Companhia e suas controladas esperam impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Banco conta movimento	184	186

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração			
	31/12/2024	31/12/2023		
Fundo de Investimento - STA	94,99% do CDI	101,94% do CDI	5.191	5.748

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de operação e manutenção	531	517

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

Os contratos de prestação de serviços são realizados entre as empresas do grupo e liquidados no mês subsequente a realização do serviço. Em 31 de dezembro de 2024, não há títulos vencidos no contas a receber da Companhia.

7 Tributos e contribuições sociais a compensar

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	337	470

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2023	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2024
<u>Ativo (i)</u>			
Imposto de renda diferido	787	96	883
Contribuição social diferida	333	36	369
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	1.120	131	1.252

(i) Ativo

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros.

A estimativa das parcelas de realização dos ativos diferido é conforme o mapa abaixo:

	2025	2026	2027	Após 2028	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Prejuízo Fiscal	82	84	87	556	899
Estimativa de realização CSLL diferida - Prejuízo Fiscal	29	30	31	781	905
	111	114	118	1.337	1.804

9 Depósitos Judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Natureza dos depósitos judiciais</u>		
Trabalhistas	37	37
Fiscais	364	364
	401	401

10 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2022	Adições	Outros (*)	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	14%	517	101	-	618	541	1.159
Móveis e Utensílios	8%	61	25	-	86	32	118
Direito de uso sobre arrendamento	10%	258	-	5	263	-	263
Total do custo do imobilizado		836	126	5	967	573	1.540
Depreciação							
Computadores e Periféricos		(217)	(91)	-	(308)	(147)	(455)
Móveis e Utensílios		(22)	(7)	-	(29)	(9)	(38)
Direito de uso sobre arrendamento		(116)	(67)	-	(183)	(69)	(252)
Total da depreciação		(355)	(165)	-	(520)	(225)	(745)
Total do imobilizado líquido		481	(39)	5	447	348	795

(*) Outros refere-se a remensuração do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

11 Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Em serviço						
Softwares	12%	279	110	389	-	389
Total do custo do intangível		279	110	389	-	389
Amortização						
Softwares		(132)	(52)	(184)	(63)	(247)
Total da amortização		(132)	(52)	(184)	(63)	(247)
Total do intangível líquido		147	58	205	(63)	142

12 Arrendamentos

a) As principais características e o saldo de arrendamentos são compostos da seguinte forma:

Condições Contratuais										
Prazo médio	Valor presente dos pagamentos	Índice de Reajuste	Periodicidade da Amortização	31/12/2024		31/12/2023				
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante			
Imóveis	5 anos	-	13	IGP-M	Mensal	-	13	-	75	13

b) As movimentações de arrendamentos são compostas da seguinte forma:

	31/12/2022	Ingresso	Encargos	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Outros*	31/12/2023	Encargos	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2024
Arrendamentos	3.106	5	117	(300)	(117)	(2.723)	88	5	(75)	(5)	13
	3.106	5	117	(300)	(117)	(2.723)	88	5	(75)	(5)	13
							Circulante	75		Circulante	13
							Não circulante	13		Não circulante	-
							Total	88		Total	13

(*) Outros refere-se a contrato de arrendamento transferido para Alupar.

13 Salários, férias e encargos sociais

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
IRRF s/Folha de Pagamento	76	69
INSS s/Folha de Pagamento	206	190
FGTS s/Folha de Pagamento	64	59
Empréstimo Consignado	-	3
Férias	373	347
Participação nos Lucros e Resultados	337	768
	1.056	1.436

14 Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Contribuição para Financ. da Seguridade Social - COFINS	28	16
Imposto Sobre Serviços - ISS	27	21
Outros	9	11
	64	48

15 Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em

risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (a) **PERDA PROVÁVEL:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.
- (b) **PERDA POSSÍVEL:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda possível resumem-se à:
- (i) **Demandas Trabalhistas:** dois processo judicial de natureza trabalhista (um em 31 de dezembro de 2023), de valor em risco aproximado de R\$ 342 (R\$ 278 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) **Demandas Cíveis, Penais, Ambientais, Regulatórias e Tributárias :** Não existem demandas judiciais ou administrativas dessas naturezas que, individualmente e, na avaliação da Administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

16 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 7.370. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é a seguinte:

	Ordinárias			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S.A	7.369.997	99,99	7.369.997	99,99
Acionistas pessoas físicas	3	0,01	3	0,01
Total das ações	7.370.000	100,00	7.370.000	100,00

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 11 em 31 de dezembro de 2024. Não houve reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 por que a Companhia auferiu prejuízo no exercício no qual foi compensado com o saldo da reserva legal.

b. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c. Dividendos

- Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro

líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	224	(47)
Subtotal	224	(47)
Reserva legal	(11)	-
Reserva de lucros retidos	(54)	47
Dividendos mínimos obrigatórios	(159)	-
Saldo de lucros do exercício	-	-

17 Partes relacionadas

17.1 Transações com partes relacionadas – Balanço patrimonial

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante			
Prestação de Serviços - Ferreira Gomes Energia S. A		189	118
Prestação de Serviços - Foz do Rio Claro Energia S. A		-	111
Prestação de Serviços - Ijuí Energia S. A		178	118
Prestação de Serviços - Usina Paulista Queluz de Energia S. A		53	47
Prestação de Serviços - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S. A		-	47
Prestação de Serviços - Verde 8 Energia S. A		71	66
Prestação de Serviços - UFV - Pitombeiras S.A		25	-
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos I S. A		3	2
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos II S. A		3	2
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos III S. A		3	2
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos IV S. A		3	2
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos X S. A		3	2
		531	517

17.2 Transações com partes relacionadas – Demonstração do resultado

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Demonstrações do Resultado			
Prestação de Serviços - Ferreira Gomes Energia S. A		2.281	2.160
Prestação de Serviços - Foz do Rio Claro Energia S. A		1.676	1.512
Prestação de Serviços - Ijuí Energia S. A		1.521	1.524
Prestação de Serviços - Usina Paulista Queluz de Energia S. A		636	541
Prestação de Serviços - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S. A		636	730
Prestação de Serviços - Verde 8 Energia S. A		835	789
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos I S. A		30	28
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos II S. A		30	28
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos III S. A		30	28
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos IV S. A		30	28
Prestação de Serviços - Energia dos Ventos X S. A		30	28
Prestação de Serviços - Eólica do Agreste Potiguar I S.A		42	-
Prestação de Serviços - Eólica do Agreste Potiguar II S.A		42	-
Prestação de Serviços - UFV - Pitombeiras S.A		25	-
	18	7.844	7.396
Receita Financeira			
Créditos a receber - Alupar Investimento S.A	20	44	127

18 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta			
Serviços de operação e manutenção - partes relacionadas	17.2	7.844	7.396
		7.844	7.396
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(129)	(122)
COFINS - Contribuição para o financ. da seguridade social		(596)	(562)
ISS - Imposto sobre Serviços		(313)	(296)
		(1.038)	(980)
Receita operacional líquida		6.806	6.416

19 Custos e despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Custos gerenciáveis		
Seguros	(1)	(1)
Alugueis	(52)	(34)
Pessoal	(6.166)	(6.224)
Material	(2)	(68)
Serviços de Terceiros	(695)	(721)
Reversão de contingências e custas judiciais	(73)	(59)
Outras	(15)	(11)
	(7.004)	(7.118)
Depreciação e Amortização	(281)	(212)
	(281)	(212)
Total	(7.285)	(7.330)

20 Resultado Financeiro

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Financeiras			
Despesa financeira - arrendamentos		(5)	(117)
Outros despesas financeiras		(8)	(36)
Total		(13)	(153)
Receitas Financeiras			
Receita líquida de aplicações financeiras (*)		540	871
Receitas financeira - créditos a receber	17.2	44	127
Outras receitas		1	-
Total		585	998
Resultado Financeiro Líquido		572	845

(*) O montante das receitas com aplicações financeiras estão líquidos dos impostos.

21 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	93	93	(69)	(69)
(-/+) Adições e/ou exclusões	(478)	(478)	4	4
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(385)	(385)	(65)	(65)
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	(385)	(385)	(65)	(65)
Total dos tributos correntes	-	-	-	-
Tributos diferidos	96	35	(16)	(6)
Total dos tributos	96	35	(16)	(6)
Alíquota efetiva	141,38%		31,88%	

22 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

22.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis :

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2024		31/12/2023		Mensuração do Valor Justo	Classificação por Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Caixa	184	184	186	186	-	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	5.191	5.191	5.748	5.748	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	531	531	517	517	-	Custo amortizado
	5.906	5.906	6.451	6.451		
Passivo						
Fornecedores	77	77	142	142	-	Custo amortizado
	77	77	142	142		

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

22.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
Investimentos de curto prazo	CDI 5.191	383	574	766	957	1.149

23 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve atividades de financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa.

	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Amortização / Pagamento	Encargos	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Arrendamentos	88	(75)	(5)	5	13
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)	88	(75)	(5)	5	13

* * *